

REUTERS/FOLHAPRESS



Presidente do sindicato comunicou o moviumento grevista

Governo Lula enfrenta greve na Eletronuclear

O governo Lula vai ter que encarar nesta reta final de campanha uma greve, por tempo indeterminado, na Eletronuclear, gestora das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3 - está última com as obras paradas. O comunicado sobre o movimento grevista foi feito à estatal federal pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica dos Municípios de Angra dos Reis e Paraty (Stiepar), Cássio Lúcio Luiz Martins. Os empregados resolveram cruzar os braços, a partir das 0h do dia 1º de setembro, por conta do andamento das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Os serviços essenciais das usinas nucleares serão mantidos. O presidente do sindicato alega ainda que a paralisação é necessária para preservar a segurança nuclear e a integridade dos trabalhadores e da população.

Dameres cobra governo sobre suspeita de fraude de R\$ 1,4 bi no Denocs

A senadora Dameres Alves (Republicanos-DF) apresentou, nesta quarta-feira (26), um requerimento para que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) explique as falhas

que permitiram desvios no Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). O alvo do é o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. A cobrança ocorre dias após a Polícia Federal indiciar 25 pessoas por fraude e lavagem de dinheiro na autarquia. As obras e contratos investigados somam R\$ 1,4 bilhão e envolvem o uso de emendas parlamentares. Entre os indicados estão ex-diretores do órgão na Bahia.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Senadora quer saber se empresas continuaram recebendo pagamentos

Esclarecimentos

O objetivo de Dameres é descobrir o que o governo fez desde o início da operação policial, no fim de 2024. O requerimento cobra que o ministério esclareça se os cofres públicos continuaram pagando normalmente as empresas e pessoas que já estavam sob investigação. “Esse novo estágio da apuração torna oportuno examinar não apenas as condutas individuais, mas também a resposta institucional da administração pública: quais mecanismos de controle falharam, quais alertas foram produzidos e quais providências foram adotadas pelo Dnocs”, questiona a senadora no documento.

Quer a conta do prejuízo

A parlamentar exige ainda que o governo apresente a conta do prejuízo. O ministério terá que detalhar os valores bloqueados, os pagamentos que foram suspensos e a quantia que a União efetivamente conseguiu recuperar. O pedido da senadora é baseado em documentos elaborados pelos próprios fiscais do governo. Relatórios de auditoria interna do Dnocs de 2025 já apontavam que o controle sobre o dinheiro público era ineficaz.

Expectativa

É grande a expectativa para a segunda etapa da licitação do transporte municipal por ônibus do Rio, marcada para esta sexta-feira. Além das disputas judiciais, um esclarecimento formal feito ontem pela Secretaria de Transportes no Diário Oficial do Município colocou mais lenha na fogueira em um processo que já vem apresentando fragilidades e inconsistências relevantes.

Sem Fundo Garantidor

A Prefeitura do Rio confirmou que não irá criar Fundo Garantidor, vincular receitas ou adotar qualquer outro mecanismo para assegurar os pagamentos às empresas pela prestação do serviço e demais obrigações financeiras do Município. Na prática, os recursos dependerão das dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). O ponto de atenção é que previsão orçamentária não significa, necessariamente, garantia de disponibilidade financeira e repasse tempestivo.

Segurança

Para empresas que terão de assumir investimentos e custos por dez anos, essa incerteza afeta a atratividade e a competição do leilão. E a discussão não é apenas empresarial, pois uma concessão dessa dimensão precisa oferecer segurança para garantir a sustentabilidade do serviço. Sem previsibilidade financeira, o risco é que a insegurança da modelagem acabe chegando justamente a quem não pode escolher outro caminho: o usuário do transporte público.

Neutralidade política

O Governo do Rio publicou, nesta quarta-feira (26), um decreto que estabelece aos servidores estaduais a neutralidade política nas eleições deste ano. A determinação, assinada pelo governador em exercício, desembargador Ricardo Couto de Castro, define regras claras para impedir a utilização direta ou indireta da estrutura administrativa para fins político-eleitorais.

Preservação do Estado

A medida reforça os mecanismos preventivos destinados a impedir que estruturas, recursos, informações, programas, eventos, servidores ou a própria autoridade institucional do Estado sejam utilizados, direta ou indiretamente, para favorecer ou prejudicar candidaturas, partidos políticos, federações ou quaisquer interesses eleitorais.

Punições disciplinares

O decreto ressalva, no entanto, o exercício individual dos direitos políticos, desde que em caráter estritamente pessoal, fora do horário de trabalho e sem uso de recursos públicos. A violação das regras poderá sujeitar os agentes a consequências administrativas e disciplinares.

IMAGEM CEDIDA AO CORREIO DA MANHÃ



Pistola de Bolsonaro foi apreendida em blitz

Defesa de Bolsonaro pede prazo sobre armas

Advogados pedem 90 dias para transferir titularidade

Por **Gabriela Gallo**

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) solicitou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) o prazo de 90 dias para transferir a titularidade das armas apreendidas pela Polícia Federal (PF) e, conseqüentemente, impedir que o armamento seja definitivamente incorporado, doado ou destruído.

O pedido foi entregue ao magistrado na noite desta terça-feira (25), um dia após a Procuradoria-Geral da República (PGR) determinar que as dez armas encontradas pela PF na casa de Jair Bolsonaro, em Brasília, sejam enviadas ao Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

As armas apreendidas estão sob a posse da PF, mas como a corporação alega que não cabe a ela definir a destinação do armamento do ex-presidente, a PGR determina que cabe ao Exército definir se as armas deveram ser destruídas ou doadas para órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas. No pedido encaminhado ao Supremo, os advogados de Jair Bolsonaro reiteram que não são contrários da destinação das armas ao Exército, porém, reforçam que a destinação não deve ser definitiva.

“Mostra-se necessário que seja preservado o prazo regulamentar para a definição da destinação dos bens, sem que o mero encaminhamento físico das armas ao Comando do Exército seja compreendido como transferência definitiva de titularidade, destruição ou doação”, defenderam os advogados de Bolsonaro.

Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar após ser condenado pela Primeira Turma do STF a 37 anos e três meses de reclusão por tentativa de golpe de Estado. Antes ele cumpria pena na Papudinha, mas posteriormente foi transferido para prisão domiciliar em Brasília.

Em 15 de junho, um militar agente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) foi parado em uma blitz no Distrito Federal com uma arma do ex-presidente Jair Bolsonaro. Questionado, o militar afirmou que levava a arma para reparo. Em depoimento para a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o ex-presidente declarou que possuía armamento em casa para a proteção de sua família. Na época, os advogados de defesa argumentaram que ele não estava proibido de ter armas em casa, já que não havia restrição na decisão acerca da prisão domiciliar.